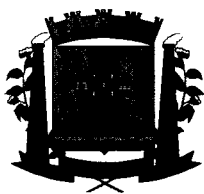


Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA Nº 3 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 51ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ, realizada aos vinte dias de janeiro de dois mil e vinte e cinco (20-1-2025), no Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, tendo na Presidência o Vereador José Maria Fernandes, na Vice-Presidência, o Vereador Samuel Soares da Silva e na Secretaria, o vereador Lucas Rufino Zócoli. Às onze horas e quinze minutos, o Sr. Presidente pede ao Sr. Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Vereadores, constatando-se a presença de todos. O Presidente informa que a palavra será dada aos vereadores apenas após solicitação à Mesa. **Discussão e votação única:** Projeto de Lei nº 2/2025 que “revoga o inciso III do art. 6º da Lei Municipal nº 4.819, de 01 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.” Em discussão, a vereadora Jane Lacerda pede que sejam lidos os pareceres da CLJR e da CECEDH. Em seguida, pede que seja lido seu voto pela constitucionalidade com ressalvas, como membro da CLJR, em que demonstra preocupação com a precariedade da contratação de professores, a possibilidade de favoritismo, a possível burla ao concurso público e a necessidade de um estudo para a criação do plano de carreira do Magistério, Também aponta a necessidade de análise sobre o quantitativo de professores necessários e contratados, tendo em vista a não contribuição dos contratados ao Regime Próprio de Previdência dos servidores e a necessidade de reduzir a habitualidade e continuidade de contratações temporárias por interesse público que não é “excepcional”, mas tornou-se regra no Estado. Com a palavra, o vereador Samuel Soares diz que a aplicação da lei federal no município não faz sentido dada a disparidade de vencimentos entre professores de universidades federais e professores municipais, sendo bastante injusto o “castigo” àqueles que passaram no processo seletivo. Diz que, por saber que a melhor forma de contratação de servidores é a nomeação após aprovação em concurso público, a Comissão de Educação enviará requerimento ao Executivo solicitando concurso público e a nomeação dos que foram aprovados no concurso de 2020. A vereadora Jane Lacerda diz ser triste a contratação precária de professores em regime que não garante direitos; que o Ministério Público irá cobrar a revogação do Inciso III, assim como está cobrando a contratação de médicos do SIM-SAÚDE por “excepcional interesse público” recorrente e que o “castigo”, ou seja o interstício entre contratações, é, na verdade um “castigo” para o ente que não realiza concurso público na frequência e quantitativos necessários, privando o professor dos direitos, do plano de carreira, da estabilidade e, como se soube, ocupando vagas de professores aprovados no concurso anterior. A



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

vereadora Aline Melo diz que foi feito um requerimento indicando o problema do interstício, mas sabe que o Ministério Público não irá aceitar sua revogação. Diz que votará para “cair” essa lei, mas que o problema não está resolvido, pois o Ministério Público irá acionar o Executivo. No entanto, diz que a Câmara tem o respaldo jurídico dos pareceres para votar a favor. Mas afirma que a melhor forma de contratação é o concurso público, sendo este a raiz de tudo. Lembra que solicitou um interstício de 30 dias a partir de dezembro, voltando os funcionários a serem contratados em janeiro, mas lhe foi dito que isto seria burlar a lei do concurso público. O vereador Edeir Pacheco parabeniza a professora Nilcéa e o prefeito que lutaram por esta causa. Que a Casa tem o respaldo dos pareceres jurídicos da Prefeitura e da Câmara e anteriormente os dois pareceres foram contrários. O presidente diz que a explicação do projeto na Mensagem não é um parecer e o vereador Edeir Pacheco diz que houve um respaldo jurídico. O vereador Breno Reis ressalta o compromisso da Comissão de Educação, que dará voz aos professores. Que é um pouco preocupante o que irá acontecer após a revogação do interstício, mas que é algo para ser discutido à frente. Reitera a fala das vereadoras sobre a precariedade do contrato e a segurança da nomeação por concurso público, que será objeto de requerimento da Comissão. O vereador André Alves também ressalta o trabalho da Comissão de Educação e os aportes da vereadora Jane Lacerda. Diz saber que é um paliativo, mas que favorece a meritocracia. Quanto a sua presença na Comissão diz representar os pais dos alunos e que estará lutando pela Educação no município. A vereadora Jane Lacerda discorda do uso da expressão “menos qualificados”, constante na Mensagem do prefeito, pois todos são capazes de estudar e conseguir a efetividade para não chegarem ao fim da vida sem garantias e com uma aposentadoria bem menor que a do professor efetivo. O vereador Samuel Soares diz que a revogação se dá pela premência de ser resolvido um problema que se apresentará daqui a 15 dias, castigando o professor. O vereador Domingos Trindade parabeniza a professora Nilcéa e o movimento. O vereador José Roberto diz-se favorável à revogação do inciso III, mas que a lei não é apenas isto. Ela remete ao inciso IX do artigo 37 da Constituição, que determina o estabelecimento dos casos em que se poderá contratar na lei que regulamentar este artigo. A lei federal 8.745 cita o interstício de 2 anos e a Câmara de Ubá reduziu para 6 meses. Retirado qualquer interstício, com a revogação do Inciso III da lei municipal, ainda assim a lei diz quais as hipóteses que se pode contratar apenas com o processo seletivo e não com o concurso público. O vereador lê os casos em que a contratação é permitida. Portanto, suprimir apenas o inciso III, não resolve o problema e permitirá contratações irregulares, em desacordo com a lei municipal. Seria bom que se tivesse feito uma audiência pública com promotores e pessoas qualificadas,



FAVOR: O Projeto de Lei nº 2/2025 é aprovado por 15 votos favoráveis e um contrário. O Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião às doze horas e vinte minutos.

Sônia Lúcia
Luiz Rufino Cal.
Paulo Cesar Soares
Elisângela
Antônio
André-Christiano Almeida
Brasil
Almeida Melo
Pereira
João Silveira